

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Ass Const 25 OUT 1985

No Congresso, outro espetáculo deprimente.

A classe política brasileira, por seus homens no Congresso Nacional, acaba de dar mais uma demonstração de seu despreparo para as atividades públicas, missão que exige de seus agentes coragem, audácia e desprendimento. Faltou tudo isso aos senhores deputados e senadores na hora de discutir e votar a emenda constitucional do presidente José Sarney de convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Simplesmente, num jogo de interesses menores, impediu-se a aprovação da emenda presidencial no segundo turno de votação. Agora haverá uma nova rodada depois do dia 15 de novembro, com o claro risco de um dos mais sérios compromissos da Nova República nunca mais ser resgatado.

Os acontecimentos registrados no Congresso Nacional entre segunda-feira e ontem inscrevem-se entre um dos mais deprimentes já vividos pelo Legislativo brasileiro em sua longa história de mais de 150 anos. Para o leitor fica até difícil imaginar que um Congresso que já protagonizou episódios como o dos pianistas e que se compraz em justificar o pagamento de jetons a deputados e senadores, mesmo quando eles não comparecem às sessões, contrariando frontalmente o que diz a Constituição, pudesse descer ainda mais na escala moral. Mas desceu.

A emenda do presidente José Sarney, que normalmente deveria ser aprovada com extrema facilidade, pois resgata um dos compromissos mais antigos da classe política e vai ao encontro dos interesses da sociedade brasileira, há muito ansiosa por uma Carta Magna que dê um novo ordenamento jurídico e institucional ao País, sofreu todo o tipo de bombardeio e obstrução.

Essas manobras são naturais numa democracia, regime que dá voz e votos até a seus inimigos, tal a sua superioridade. Nos tristes episódios dessas últimas 72 horas em Brasília, no entanto, o embate que culminou com o adiamento da convocação da Constituinte teve muito pouco de doutrinário. Nem mesmo a aparente coerência demonstrada pelas bancadas do PDT e do PT — eles sempre foram contra a Constituinte congressual que o governo pretendia — é para ser levada a sério. Ela encobria um jogo de interesses menores, que vai desde mesquinhas jogadas pessoais até lances puramente político-eleitorais.

É verdade que a coordenação política do governo falhou de maneira comprometedor. É verdade também que as lideranças partidárias se revelaram mais uma vez incapazes de controlar um plenário rebelado e hostil. Tudo isso são fatos incontestáveis, que só tendem a se agravar daqui para frente. Mas, mesmo que o Palácio do Planalto tivesse agido com firmeza, como deve agir o governo, em defesa de suas propostas; mesmo que o quadro político partidário não fosse assim tão fluido; mesmo que os líderes tivessem maior ascendência sobre seus liderados; mesmo que tudo isso tivesse acontecido, ainda assim, temos certeza, o comportamento dos deputados e senadores não teria sido menos deprimente. Infelizmente os atuais parlamentares, com raríssimas exceções, já ultrapassaram as barreiras da conveniência e da moralidade.

A sociedade brasileira, no momento certo, saberá dar a esses parlamentares as lições que eles se recusam a aprender.

A Emenda José Sarney era o que menos importava em tudo o que aconteceu desde segunda-feira na capital da República. Jogavam-se e negociavam-se carreiras políticas e empregos públicos para parentes, amigos e protegidos. O PT e o PDT não se empenharam tanto contra a proposta do presidente José Sarney simplesmente porque querem uma Constituinte pura, soberana. Na verdade, a turma de Lula e Brizola manobra para evitar que o PMDB e o PFL fiquem com o controle da Assembléia. Em disputa, os sonhos totalitários de Lula e os sonhos caudilhescos de Brizola.

O deputado Ulysses Guimarães, depois de haver sido o negociador e o fiador de um acordo com os ministros militares a respeito da ampliação da anistia para militares cassados, surpreendentemente votou a favor do pedido de destaque para a proposta do deputado Jorge Ueque (PMDB-RS), considerada econômica, técnica e politicamente impraticável pelo governo. Um típico lance para as arquibancadas de quem está de olho na cadeira presidencial. Diante da crise desencadeada pela Emenda Ueque, Ulysses foi forçado a recuar e comandou a rejeição da proposta do deputado gaúcho. Uma manobra politicamente inútil e altamente irresponsável do presidente do PMDB.

Descendo um pouco mais na gradação da escala ética, assistiu-se, em troca de apoio ao governo, a um verdadeiro leilão. Desavergonhadamente, barganharam-se votos por cargos no terceiro escalão do governo federal. Nesse campo o PFL esteve imbatível. Os deputados José Carlos Fagundes e Maurício Campos, este candidato à Prefeitura de Belo Horizonte, foram beneficiados com indicações para o Inamps e para a representação do Ministério da Fazenda em Minas Gerais. É certo ainda que saíram cargos para a Paraíba, São Paulo e Bahia. O mais lamentável é que o governo tenha aceito esse tipo de pressão e tenha participado do leilão. No fundo, os políticos parecem estar sendo vítimas de uma confusão semântica. Ouviram falar que a democracia é o regime das negociações (no sentido de acordo, entendimento) e estão pensando em negócios.

Em um próximo editorial pretendemos analisar detidamente os méritos da ampliação da anistia para os militares cassados proposta pelo deputado do PMDB. Entendemos, no entanto, que uma medida dessas deveria ter sido tratada separadamente, nunca incluída num projeto de convocação da Constituinte, para não gerar confusões nem provocar suspeitas. Mas foi maliciosamente alocada à Emenda Sarney para servir como uma pressão adicional a deputados e senadores. A manobra revelou-se totalmente contraproducente e extremamente perigosa. Os ministros militares, que até se mantiveram afastados da cena política, voltaram à tona para impor sua vontade ao governo e ao Congresso. Houve um veto que todos acataram.